

O FIM DA REVOLUÇÃO É RESOLVER A QUESTÃO SEXUAL: O ROMANCE “PARQUE INDUSTRIAL” (1933) E O PROJETO DE PATRÍCIA GALVÃO PARA A EMANCIPAÇÃO DA MULHER TRABALHADORA

Samara Akemi Saraiva¹

RESUMO: Este artigo apresenta uma análise sobre a produção e a publicação do romance *Parque Industrial*, escrito por Patrícia Galvão (sob o pseudônimo de Mara Lobo) e lançado em 1933. Em um período marcado pela crescente industrialização e urbanização da cidade de São Paulo, além das consequentes lutas por direitos da classe trabalhadora, a obra se constitui uma produção literária de denúncia sobre a exploração e opressão a que os trabalhadores, em especial as mulheres operárias, eram submetidos nas indústrias de São Paulo. Sob a perspectiva da História Social, examina-se as relações entre a obra e o contexto histórico do período. Além disso, trata-se de inserir Patrícia Galvão na luta das mulheres por direitos, observando o modo como a autora se posicionou dentro dos debates de sua época, fazendo do romance uma forma de intervir na sociedade e participar do movimento da história.

Palavras-chave: Parque Industrial; Patrícia Galvão; Operárias.

ABSTRACT: This article presents an analysis of the production and publication of the novel *Parque Industrial*, written by Patrícia Galvão (under the pseudonym Mara Lobo) and published in 1933. In a period marked by the increasing industrialization and urbanization of the city of São Paulo, in addition to the consequent struggles for the rights of the working class, the work constitutes a literary production denouncing the exploitation and oppression to which workers, especially working women, were subjected in the industries of São Paulo. From the perspective of Social History, the relationship between the work and the historical context of the period is examined. In addition, it is about including Patrícia Galvão in the struggle of women for rights, observing how the author positioned herself within the debates of her time, making the novel a way of intervening in society and participating in the movement of history.

Keywords: Parque Industrial; Patrícia Galvão; Female Workers.

¹ Mestranda do Programa de Pós Graduação em História pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Graduada em História - Licenciatura pela mesma instituição (2017-2021). Participante dos Grupos de Pesquisas "História Social da Cultura: Literatura, Imprensa e Sociedade", da UNIFESP, coordenado pelo Prof. Dr. Denilson Botelho, e "História, Literatura e Sociedade" da UFSC, coordenado pelo Prof. Dr. Denilson Botelho e Prof. Dr. Adriano Luiz Duarte. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0412327739426842>. E-mail: samara.akemi@unifesp.br.

Introdução:

“As operárias trabalham cinco anos para ganhar o preço de um vestido burguês. Precisam trabalhar a vida toda para comprar um berço.
-Isso tudo é tirado de nós. O nosso suor se transforma diariamente no champanhe que eles jogam fora!”²

Denunciando os contrastes entre as experiências das mulheres trabalhadoras e das mulheres pertencentes à classe burguesa de seu período, Patrícia Galvão – sob o pseudônimo de Mara Lobo –, descreveu e documentou por meio do romance *Parque Industrial* o cotidiano de mulheres operárias da cidade de São Paulo. A obra ficcional, escrita por uma mulher intelectual e militante comunista, apresenta mulheres do ambiente operário como personagens centrais, e é uma preciosa fonte para nos informar sobre o contexto histórico e social das mulheres trabalhadoras da década de 1930. Os temas abordados pela autora, como desemprego, exploração e violência patronal e policial, eram vivenciados diariamente e apresentavam especificidades, no caso das mulheres da classe trabalhadora, durante os primeiros anos do século XX³.

Participando das diversas transformações ocorridas no Brasil no início do período republicano, e sendo sujeito ativo nos eventos que marcaram esse período da história do país, a autora do romance, popularmente conhecida como Pagu, se tornou um símbolo de contestação da moral imposta sobre a mulher pela sociedade, assim como da necessidade de emancipação desse grupo. Frequentemente atrelada ao título de musa do modernismo ou da antropofagia, Pagu também se tornou um mito, e assim como tantos outros mitos, sua trajetória tem sofrido silenciamentos e distorções ao longo do tempo.

² GALVÃO, Patrícia. *Parque Industrial*. São Paulo: Linha a Linha, 2018. p. 29.

³ FRACCARO, Glaucia. *Os direitos das mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937)*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018, p. 38.

A figura mítica de Pagu se sobrepôs à Patrícia Galvão e levou ao ofuscamento sobretudo de sua produção intelectual e artística, mas também de sua entrega à luta social como militante comunista. Todavia, é necessário superarmos esse imaginário construído em torno de sua imagem para que possamos compreender sua trajetória e as experiências que se conectam e se manifestam em sua produção intelectual e artística. Cabe considerar que a autora pode ter formulado, por meio de suas produções literárias, um projeto de emancipação da classe trabalhadora que só poderia se concretizar com a libertação das opressões que sofriam as mulheres trabalhadoras.

Patrícia Rehder Galvão nasceu na cidade de São João da Boa Vista, interior paulista, no dia 9 de junho de 1910. Mudou-se ainda jovem com sua família para a cidade de São Paulo, e morou por um período em uma vila operária do Brás, próximo à Tecelagem Ítalo-Brasileira. Já aos 15 anos iniciou sua carreira ligada às artes, desenhando ilustrações para o *Brás Jornal*⁴. Aos 18 anos, inserindo-se no grupo dos modernistas, fez sua estreia como artista na chamada "segunda dentição" da *Revista de Antropofagia*, com a publicação de alguns de seus desenhos⁵, e ganhou o apelido de Pagu⁶. Entre suas produções iniciais, frequentemente voltadas a ilustrações que misturam poesia e desenho, escreveu e ilustrou o *Álbum de Pagu: Nascimento, vida, paixão e morte* (1929) e o diário *Romance da época anarquista ou Livro das horas de Pagu que são minhas* (1929).

No período inicial de seu engajamento político com o comunismo, editou junto do marido Oswald de Andrade o jornal *O Homem do Povo* (1931) e nele escreveu a coluna *Mulher do Povo*, espaço em que criticou, sob a ótica da teoria marxista, a elite paulistana e o movimento feminista incipiente que ascendia dessa classe⁷. Após o entusiasmo intelectual inicial pela luta dos

⁴ FREIRE, Tereza. *Dos escombros de Pagu*. São Paulo: Senac, 2008, pp. 27-31.

⁵ CAMPOS, Augusto de. *Pagu: vida-obra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 58.

⁶ FREIRE, Tereza. *Dos escombros de Pagu*. São Paulo: Senac, 2008, p. 45.

⁷ O jornal *O Homem do Povo* teve curta duração, apenas 8 números publicados entre 27 de março de 1931 a 13 de abril de 1931.

trabalhadores, Pagu se decidiu pela ação, e se filiou ao Partido Comunista do Brasil (PCB), exercendo papel ativo na militância organizada, e participando de momentos políticos importantes na história do país⁸.

Em 1933, aos 22 anos, após vivenciar o cotidiano operário por meio da sua experiência como militante comunista e ter sido presa algumas vezes ao desempenhar tarefas do partido, Pagu publicou um romance dedicado à experiência das mulheres trabalhadoras da cidade de São Paulo e sua condição de extrema exploração e opressão. O livro *Parque Industrial* foi escrito e lançado sob o pseudônimo de Mara Lobo, que foi utilizado em uma tentativa da escritora de não entrar em atrito com o PCB, que atravessava à época a fase conhecida como “obreirismo”⁹, responsável por afastar e expulsar alguns intelectuais ligados aos quadros do partido. A própria escritora, no momento de escrita e lançamento de *Parque Industrial*, havia sido afastada por tempo indeterminado dos quadros do partido¹⁰.

Tecendo o perfil de uma sociedade proletária e apresentando os conflitos da luta de classes, a obra exhibe como cenário o bairro operário do Brás, focalizando especialmente a figura feminina e suas experiências dentro desse espaço. Ao retratar costureiras, imigrantes, prostitutas, desempregadas, estudantes e a vivência de mulheres negras poucos anos depois da abolição da escravatura, Patrícia Galvão expressa sua própria perspectiva sobre a participação das mulheres no mundo do trabalho e sua organização social

⁸ FERRAZ, Geraldo (org.). *Paixão Pagu: A autobiografia precoce de Patrícia Galvão*. Rio de Janeiro: Agir, 2005, p. 81.

⁹ Para mais informações sobre este período, conferir: BRANDELLI, Danilo Martins; DURAN GIL, Aldo. A FASE OBREIRISTA DO PCB (1929-1934): uma análise da expulsão dos intelectuais do partido. *Pensata: Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP*, [S. l.], v. 7, n. 1, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/pensata/article/view/10100>. Acesso em: 16/03/2022.

¹⁰ FERRAZ, Geraldo (org.). *Paixão Pagu: A autobiografia precoce de Patrícia Galvão*. Rio de Janeiro: Agir, 2005, p. 111.

por meio dos sindicatos e partidos políticos, iniciativa que estava em expansão na década de 1920¹¹.

Com edição independente e financiada por Oswald de Andrade¹², então marido de Patrícia Galvão, o livro trouxe em sua capa preta e branca o desenho de uma paisagem industrial, durante algum tempo considerada uma ilustração da própria autora, mas segundo relatos de familiares de Pagu¹³, foi um presente de seu amigo Lívio Abramo¹⁴. Destaca-se também na edição a autointitulação, quase como um subtítulo, de “romance proletário”. Contendo 145 páginas impressas em uma diagramação espaçada e disposto em cenas fragmentadas, o romance se dividia em 16 capítulos e foi precedido de uma nota inicial intitulada “da ‘ESTATÍSTICA INDUSTRIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO’ 1930”, responsável por nos informar logo de início o tema abordado.

Este artigo examina em que medida o romance *Parque Industrial*, embora sendo um texto ficcional, pode apresentar aspectos verossimilhantes e plausíveis no que diz respeito ao cotidiano das mulheres trabalhadoras do Brás no início dos anos 1930. Busca-se também analisar as relações de sua autora com a luta das mulheres pelo direito ao trabalho, além de explorar o mundo do trabalho sob a perspectiva das experiências das mulheres trabalhadoras.

“Na grande penitenciária social”: as mulheres proletárias da década de 1930 em *Parque Industrial*

O romance *Parque Industrial* narra acontecimentos da vida de cinco mulheres provenientes da classe trabalhadora que vivem no bairro operário

¹¹ FRACCARO, Glaucia. *Os direitos das mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937)*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018, p. 52.

¹² CAMPOS, Augusto de. *Pagu: vida-obra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 158.

¹³ CHAREYRE, Antoine. Uma excelente estreia: a chegada do romance proletário ao Brasil. In: GALVÃO, Patrícia. *Parque Industrial*. São Paulo: Linha a Linha, 2018, p. 121.

¹⁴ Lívio Abramo (1903-1992) foi um gravador, ilustrador e desenhista brasileiro. Assim como Pagu, foi filiado ao PCB e dedicou parte de sua obra à temática dos trabalhadores.

do Brás durante o início do século XX. Logo no primeiro capítulo, intitulado *Teares*, somos apresentados ao modo de vida dessas mulheres e a como se desenvolve seu principal espaço de convivência, as fábricas de tecido do bairro. A precária condição dessas mulheres é logo compreendida na apresentação desta ambientação: “pelas cem ruas do Brás, a longa fila dos filhos naturais da sociedade. Filhos naturais porque se distinguem dos outros que têm tido heranças fartas e comodidade de tudo na vida”¹⁵.

Assim, nessa “grande penitenciária social”¹⁶ vive a personagem Corina, uma mulher negra que trabalha em um ateliê de costura, mora com a mãe e tem seu salário todo retido pelo padrasto. Não possui “consciência de classe” e sonha em se casar com um burguês com quem namora. Corina é a personagem que possui a história mais cruel do romance: iludida por um rapaz proveniente da burguesia, acaba engravidando e ele a abandona. Depois passa a sobreviver como prostituta. Dá à luz a um filho que nasce sem pele e morre. É presa por ter sido apontada como a responsável pela morte do bebê. Eventualmente é libertada, e termina o romance passando fome pelas ruas da cidade. Acreditamos que Corina sofre de forma mais intensa no romance, pois Patrícia Galvão buscava retratar as experiências das mulheres negras poucos anos após a abolição da escravatura no país.

Já Eleonora é uma estudante da Escola Normal do Brás, filha de pequeno-burgueses, que sonha com a ascensão social e busca alcançá-la por meio de seu relacionamento com Alfredo, o único personagem masculino com certo destaque no romance, que a estupra. Após o ocorrido ela acredita que será abandonada, mas acaba casando-se com ele. Incorporada ao mundo burguês, rende-se aos seus costumes. Corina e Eleonora são as personagens que representam a alienação diante das experiências e dos ideais da classe trabalhadora.

¹⁵ GALVÃO, Patrícia. *Parque Industrial*. São Paulo: Linha a Linha, 2018, p. 15.

¹⁶ GALVÃO, Patrícia. *Parque Industrial*. São Paulo: Linha a Linha, 2018, p. 16.

Por outro lado, Matilde, uma estudante normalista que tem um caso secreto com Eleonora, é filha de uma artista de teatro que sofre com a decadência social e precisa tornar-se trabalhadora de fábrica. Depois de sofrer assédio de um chefe, ingressa na luta operária. Já Rosinha Lituana, uma imigrante trabalhadora de fábrica, é descrita como muito jovem e muito esclarecida sobre a luta de classes. Rosinha é presa em uma greve de operários e expulsa do país. Muito consciente de sua opressão também se apresenta Otávia, que trabalha junto com Corina no ateliê de costura, mas diferentemente da colega de trabalho, é consciente das condições precárias dos trabalhadores e desde o início da narrativa se organiza nos sindicatos junto de sua amiga Rosinha Lituana. Otávia é presa na mesma ocasião que Rosinha. Depois de solta, envolve-se com Alfredo, assim que ele termina seu relacionamento com Eleonora, mas se vê obrigada a terminar com ele por determinação do partido. As três personagens, Matilde, Rosinha e Otávia, representam o oposto da falta de consciência de classe apresentada em Corina e Eleonora.

Tendo como cenário principal o bairro operário do Brás na década de 1930, a obra apresenta a configuração de uma sociedade proletária, marcada por um contexto de crescimento industrial e demográfico, temas presentes na cidade de São Paulo no início do século XX. As mulheres pertencentes à classe trabalhadora que são retratadas no romance configuraram, à época, a principal força de trabalho nas indústrias têxteis da cidade. A condução narrativa do romance não oferece destaque a personagens isoladamente, assim como não há a presença de um herói durante toda a trama. As personagens que estão presentes no enredo cumprem o papel de ilustrar as experiências coletivas presentes na São Paulo de 1930 e nos apresentam os conflitos entre as classes da cidade em desenvolvimento.

Nesse contraste de experiências entre as mulheres trabalhadoras e a burguesia, as opressões e conflitos de classe, raça e gênero são delineados

por toda a obra. A luta de classes na sociedade paulistana é posta em debate em um momento da história brasileira em que o país passava por sucessivas crises políticas e econômicas¹⁷. Em *Parque Industrial* estão expostas diversas críticas sociais de sua própria autora, que não só experienciou os temas que abordou, como manteve-se atenta ao período de transformações do país, que passava cada vez mais de uma economia agrária e exportadora para tornar-se urbana e industrial. Tal aspecto demonstra que as produções literárias de Patrícia Galvão, em geral, estiveram ligadas aos seus compromissos políticos. Na ocasião da escrita e publicação de seu romance, Pagu era uma militante ativa do PCB e defendia uma posição marxista diante dos problemas enfrentados pelas mulheres trabalhadoras.

De sua escolha por explorar os mundos do trabalho sob a perspectiva das mulheres, Patrícia Galvão, por meio de seu romance, pode nos proporcionar diferentes indícios sobre o contexto e as condições em que vivia a classe trabalhadora feminina naquele momento. Dessa maneira, explorar o conteúdo do romance a partir da análise de gênero nesse contexto pode trazer novos pontos de vista sobre o período, uma vez que a obra evidencia que as mulheres possuíam e ainda possuem experiências próprias e diversas dentro das relações de trabalho.

A relevância dos estudos sobre a temática de gênero e a escrita da história das mulheres ganharam força, sobretudo, a partir da década de 1970, com a chamada “segunda onda do feminismo”. Nesse contexto, Michelle Perrot, lecionando na Universidade de Paris VII – Denis Diderot, lançou um curso em 1973 questionando se as mulheres tinham história¹⁸. Por conseguinte, seus estudos sobre a temática se tornaram conhecidos e seu questionamento

¹⁷ Lançado em 1933, o romance apresenta um diálogo direto com seu contexto histórico, debatendo os reflexos da crise econômica de 1929 e da crise política derivada da chamada “Revolução de 1930” e seus desdobramentos.

¹⁸ PEDRO, Joana Maria. Michelle Perrot: uma grande mestra da História das Mulheres. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 11, n. 2, pág. 509-512, dezembro de 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2003000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 09/04/2022.

sobre “os silêncios da história” quanto à experiência desse grupo¹⁹ influenciaram pesquisas que puderam quebrar esse silêncio. A partir da história das mulheres, o conceito de gênero como categoria de análise se desenvolveu e o trabalho de Joan Scott²⁰ se tornou referência obrigatória para compreendermos essa renovação. As experiências das mulheres ao longo da história têm sido analisadas por diversas vertentes, sendo as principais a dos pós-estruturalistas, com estudos de Michel Foucault como influência, e a dos marxistas, que buscam incorporar suas análises ao conceito de classe.

No curso do desenvolvimento do conceito de gênero, as mulheres negras também passaram a produzir suas próprias análises, buscando articulá-las ao conceito de classe e raça. O trabalho de Angela Davis, *Mulheres, raça e classe*, publicado em 1981, é reconhecido como um dos estudos pioneiros que articulou a teoria e a interrelação dos sistemas de poder que formam as opressões de gênero, raça e classe. Apontando as diferenças nas origens das opressões entre mulheres brancas e mulheres negras, Davis argumenta:

O sistema escravista definia o povo negro como propriedade. Já que as mulheres eram vistas, não menos do que os homens, como unidades de trabalho lucrativas, para os proprietários de escravos elas poderiam ser desprovidas de gênero²¹.

Acerca das particularidades das mulheres a partir de sua relação com o trabalho, também foram desenvolvidas as bases teóricas do conceito de divisão sexual do trabalho. Segundo Danièle Kergoat, homens e mulheres são produtos de construções sociais que formam uma relação social, e como toda relação social depende de uma base material, essa relação também se exprime por meio de uma divisão social no trabalho entre os sexos. Dessa

¹⁹ PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

²⁰ SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*. Porto Alegre, 20(2): pp. 71-99, jul/dez de 1995. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/71721/40667>. Acesso em: 17/03/2022.

²¹ DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução: Heci Regina Candiani (1 Ed.). São Paulo: Boitempo, 2016, p. 17.

maneira, a autora define o conceito: “a divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; esta forma é adaptada historicamente e a cada sociedade”²².

No Brasil, os trabalhos sobre a história das mulheres e as relações de gênero também ganharam força a partir da década de 1970. Da mesma forma, as mulheres negras do país produziram suas análises relacionando os fenômenos do racismo e do sexismo na sociedade brasileira. A necessidade de se pensar as opressões de gênero que sofrem as mulheres negras de maneira apartada das mulheres brancas é apontada por Beatriz Nascimento, que defende: “a ‘herança escravocrata’ sofre uma continuidade no que diz respeito à mulher negra. Seu papel como trabalhadora, *grosso modo*, não mudou muito” [grifo da autora]²³.

O trabalho feminino na indústria durante o início do século XX, temática central de *Parque Industrial*, tem sido explorado desde então em diversas pesquisas. Maria Valéria Junho Pena, por exemplo, analisa a presença feminina na constituição do sistema fabril brasileiro. Em sua análise, defende que a grande presença das mulheres no início do processo de industrialização teria se dado não somente pelo caráter doméstico da indústria, mas também pela escassez de mão de obra que o capital enfrentava, e pela própria forma de organização do trabalho fabril²⁴. Assim, a força de trabalho feminina na formação da sociedade industrial brasileira foi um importante elemento para o processo de organização social e de acumulação de riqueza, não somente

²² KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena (Org.); LABORIE, Françoise (Org.); LE DOARÉ, Hélène (Org.); SENOTIER, Danièle (Org.) *Dicionário crítico do feminismo*. Ed. Presses Universitaires de France. Paris, novembro de 2000. Traduzido por Miriam Nobre em agosto de 2003, p. 01. Disponível em: https://polignu.org/sites/poligen.polignu.org/files/adivisaosexualdotrabalho_0.pdf. Acesso em: 17/03/2022.

²³ NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 261.

²⁴ PENA, Maria Valéria Junho. *Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 22.

pelo seu trabalho doméstico e de reprodução da força de trabalho, como também pela sua participação direta no processo produtivo²⁵. A autora ainda aponta que as trabalhadoras teriam sido decisivas nas greves realizadas durante a Primeira República em São Paulo, assim como teriam participado da fundação de sindicatos e associações²⁶.

Segundo o censo de 1920, período concernente a parte dos anos em que Patrícia Galvão viveu em uma vila operária do Brás²⁷, as mulheres correspondiam a um terço do proletariado no Brasil. Além das operárias de fábricas, outros trabalhos também eram efetuados pelas mulheres. Como o das mulheres negras ex-escravizadas, que continuaram com suas condições de trabalho quase que inalteradas em relação à situação anterior à abolição da escravatura, trabalhando nas casas burguesas ou de classe média, realizando afazeres domésticos e de “cuidado” como arrumadeiras, cozinheiras, lavadeiras e cuidadoras de doentes, ou como vendedoras ambulantes e prostitutas. Esses trabalhos foram também efetuados por mulheres pobres das cidades, descendentes de imigrantes estrangeiros e migrantes rurais. Já as mulheres jovens dos estratos médio, na necessidade financeira de exercer um trabalho remunerado, tinham as opções de ser professora primária, parteira ou enfermeira²⁸.

Dessas posições que ocupavam as mulheres no mundo do trabalho do início na década de 1920, em *Parque Industrial* temos alguns exemplos, como a personagem Corina, uma mulher negra, trabalhadora de um ateliê de costura e que após ter sido abandonada grávida pelo namorado, só conseguiu trabalho como prostituta. Assim como temos as jovens

²⁵ PENA, Maria Valéria Junho. *Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 83.

²⁶ PENA, Maria Valéria Junho. *Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 182.

²⁷ FERRAZ, Geraldo (org.). *Paixão Pagu: A autobiografia precoce de Patrícia Galvão*. Rio de Janeiro: Agir, 2005, p. 56.

²⁸ PENA, Maria Valéria Junho. *Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, pp.112-113.

pertencentes aos estratos médios da sociedade ou à pequena-burguesia da época, como Eleonora, que acaba ascendendo socialmente ao casar-se com Alfredo, e Matilde, que sofre o contrário: decai de classe social e acaba tendo que largar os estudos para se tornar operária de fábrica. No início da trama, Eleonora e Matilde estudam na Escola Normal do Brás para se tornarem professoras.

Nos primeiros anos da instituição da República do Brasil, o novo Estado em construção, junto da nascente burguesia industrial, procurara instituir um projeto de cidade disciplinar pautada no higienismo e no positivismo europeu. Assim defende Margareth Rago, que aponta como as novas medidas disciplinares da sociedade republicana tentaram impor uma nova cultura para a mulher, que fizesse com que ela deixasse o trabalho, retornasse ao lar e representasse um novo papel, o de “esposa-mãe-dona-de-casa”²⁹.

As mulheres que não se submetiam a essa nova cultura eram julgadas, tidas como parte dos males sociais e muitas vezes vistas como portadoras de doenças mentais. Rago defende que esse discurso teria sido inclusive incorporado em certa medida pela própria classe trabalhadora masculina. Ao reproduzir essa lógica, os homens buscavam firmar sua posição social no processo produtivo, fazendo com que a força de trabalho masculina fosse mais valorizada, qualificada ou não. Entretanto, Rago nos mostra que as mulheres não se colocaram como submissas diante desse processo, pois foram diversas as formas de resistência feminina que se contrapuseram a esses discursos de dominação³⁰.

Como Pena já registrou, a utilização do trabalho feminino e infantil foi amplamente utilizada pelos primeiros donos de fábricas durante a formação do capitalismo industrial no Brasil. Esse tema também é abordado por Rago,

²⁹ RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014, p. 88.

³⁰ RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014, pp. 89-103.

que demonstra que muitas fábricas contratavam as crianças dos bairros operários por serem a mão de obra mais barata disponível, junto das mulheres³¹. Em *Parque Industrial* temos duas personagens que representam esses exemplos de resistência, o feminino e o infantil. Uma delas é Rosinha Lituana, imigrante descrita como uma criança³² e que se apresenta como muito esclarecida sobre a luta de classes. A outra é Otávia, que inicialmente trabalha em um ateliê de costura, mas depois inicia-se no trabalho de fábrica, em que faz parte da organização de greves e manifestações. Uma terceira personagem também se torna ao longo do romance parte da resistência feminina: Matilde, que depois de ser demitida injustamente, diz perceber mais do que nunca a luta de classes.

Mais recentemente, o trabalho de Glaucia Fraccaro também vem na esteira da recusa de que as mulheres tivessem permanecido passivas durante as lutas da classe trabalhadora brasileira no início do século XX. Segundo a historiadora, pensar dessa forma (como teria defendido parte da historiografia sobre o período) não corresponderia ao avanço de direitos das mulheres durante todo o século XX. Por isso, ao analisar a luta das mulheres, podemos compreender como suas ações podem ter influenciado partidos, movimentos sociais e até a construção de leis que beneficiaram a classe trabalhadora³³. É importante salientar que Fraccaro destaca o romance *Parque Industrial* em sua análise como “[...]um dos tesouros disponíveis por meio do qual podemos caminhar pelas ruas do Brás [...]”³⁴. Além disso, apresenta a escritora Patrícia Galvão como parte de um grupo de mulheres diversas que durante o período

³¹ RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014, p. 186.

³² No romance não é mencionada a idade exata de Rosinha, apenas que ela teria iniciado seu trabalho na fábrica aos 12 anos. Entretanto, a personagem é sempre descrita como muito jovem, inclusive sendo chamada algumas vezes de criança por outros personagens.

³³ FRACCARO, Glaucia. *Os direitos das mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937)*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018, p. 33.

³⁴ FRACCARO, Glaucia. *Os direitos das mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937)*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018, p. 35.

do início do século XX disputaram ideias, opiniões e projetos em torno da luta por direitos das mulheres³⁵.

Demonstrando as especificidades das demandas femininas que emergiram junto da agitação dos acontecimentos da Greve Geral de 1917, Fraccaro aborda algumas situações em que as operárias de fábrica decidiram se levantar contra a violência de mestres e contramestres que muitas vezes as desrespeitavam não somente por sua condição de trabalhadoras, mas também por seu gênero³⁶, a exemplo da paralisação que ocorreu na fábrica de tecidos Mariângela, em que as operárias protestaram contra o mestre de oficinas que as desrespeitava até em horário de serviço³⁷. Há uma passagem muito similar a esse evento em *Parque Industrial*, quando Matilde vivencia uma situação bem parecida com a das operárias de tecido da fábrica Mariângela. A personagem, que também trabalhava em uma fábrica, após ter abandonado a Escola Normal por questões financeiras, é despedida do trabalho por recusar-se a ir até o quarto de seu chefe.

Sob o mesmo ponto de vista de Fraccaro, acreditamos que por meio de *Parque Industrial* podemos acessar uma série de diálogos e interlocuções sociais que podem nos informar sobre como Patrícia Galvão enxergava a classe trabalhadora feminina do início do século XX. Cabe considerar sua própria vivência nos espaços da classe trabalhadora, seja no momento em que a escritora morou em uma vila operária do Brás, seja enquanto ela passou pelo processo de proletarização exigida pelo Partido Comunista, situações que podem ter influenciado e motivado sua escrita.

Ao observarmos as denúncias de exploração no mundo do trabalho que eram divulgadas nos jornais operários do início do século XX, podemos

³⁵ FRACCARO, Glaucia. *Os direitos das mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937)*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018, pp. 84-85.

³⁶ FRACCARO, Glaucia. *Os direitos das mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937)*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018, p. 46.

³⁷ A greve. Os operários querem a saída do mestre das oficinas. A intervenção da polícia. *O Combate*, São Paulo, 27 de outubro de 1917.

notar certas congruências entre alguns dos acontecimentos que se apresentam na narrativa e o cotidiano operário do período. Por exemplo, o caso da personagem Matilde. A passagem encontra-se no 14º capítulo, intitulado *Proletarização*. Ficamos sabendo do acontecimento por meio de uma carta que a personagem escreve para a sua amiga Otávia:

Tenho que te dar uma noticiuzinha má. Como você me ensinou, para o materialista tudo está certo. Acabaram de me despedir da Fábrica, sem uma explicação sem um motivo. Porque me recusei ir ao quarto do chefe. Como sinto, companheira, mais do que nunca a luta de classes! Como estou revoltada e feliz por ter consciência! Quando o gerente me pôs na rua senti todo o alcance de minha definitiva proletarização, tantas vezes adiada! [...]³⁸.

As violências e o desrespeito dos chefes, mestres e contramestres sofridos pelas mulheres trabalhadoras do início do século XX parecem ter sido recorrentes. No jornal operário *A Terra Livre* encontramos o relato de um operário chamado Antonio Rodrigues Padilha, trabalhador da fábrica Votorantim, localizada em Sorocaba, no interior de São Paulo. Segundo Antonio Padilha, o mestre da tecelagem, que se chamava Godofredo da Silva, exercia “os seus instintos vingativos e rufanescos contra as pessoas que não são do seu agrado”³⁹. O operário que expunha os desmandos do mestre da fábrica e que afirmava que outras denúncias já haviam sido feitas em relação a ele em outros jornais, contou que as violações de Godofredo aconteciam sobretudo com as mulheres que lá trabalhavam:

[...] Há cerca de 3 meses, quem escreve estas linhas teve que procurar, por causa do serviço, o dito mestre, tendo a má sorte de o apanhar em atitude equívoca (?) com uma operária. [...] não será, porém, fácil encontrar aqui uma pessoa tão corrupta como esse D. João que abusa do lugar que ocupa para se aproveitar das pobres operárias que vão ganhar o pão naquela penitenciária, tendo ainda de sofrer as exigências libidinosas dum sátiro⁴⁰.

³⁸ GALVÃO, Patrícia. *Parque Industrial*. São Paulo: Linha a Linha, 2018, p. 89.

³⁹ PADILHA, Antonio Rodrigues. Na fábrica do Votorantim. *A Terra Livre*, São Paulo, 13 de julho de 1906, p. 04.

⁴⁰ PADILHA, Antonio Rodrigues. Na fábrica do Votorantim. *A Terra Livre*, São Paulo, 13 de julho de 1906, p. 04.

No ano de 1917, outro jornal operário, desta vez *A Plebe*, fez uma denúncia parecida:

Segundo nos consta, o mestre dessa fábrica, um tal Baptista, tem tido relação com as operárias que ali trabalham uma conduta bastante suspeita. Afirma-se que este indivíduo persegue com propostas indecorosas muitas dessas operárias, injuriando e martirizando de mil maneiras aquelas que têm a dignidade e a coragem de repetir tão infame sujeito. Diz ainda que conta com o apoio de outro tipo de não menores virtudes, um tal Piatí, gerente do estabelecimento, o mesmo que, não há muito, veio foragido de Sorocaba, onde exercia iguais funções na fábrica Votorantim⁴¹.

Além das denúncias nos jornais, encontramos o depoimento de duas operárias que trabalhavam em algumas fábricas do Rio de Janeiro, durante o início do século XX. Cidade em que Pagu também havia trabalhado como operária antes de escrever seu romance⁴². Os relatos foram concedidos ao pesquisador do movimento operário Edgar Rodrigues. A operária Luiza Ferreira de Medeiros contou que começou a trabalhar na Fábrica Bangu no período da Primeira Guerra Mundial, quando tinha 7 anos de idade. Além de contar vários fatos de sua experiência como trabalhadora de fábrica, Luiza também relembrou um mestre que exercia violência sobre as mulheres no local em que trabalhava:

Mestre Cláudio Batista fechava moças no escritório para forçá-las à prática sexual. Muitas operárias foram prostituídas por aquele canalha! Chegava a aplicar punições de 10 a 15 dias pelas menores faltas, e até sem falta, para forçar as moças a cederem aos seus intentos. Quando não era isto, colocava-as em máquinas ruins, dando-lhes fio com defeitos para dificultar-lhes a produção⁴³.

⁴¹ Violências e Torpezas. Na fábrica de tecidos Labor. *A Plebe*, São Paulo, 18 de agosto de 1917, p. 02.

⁴² FERRAZ, Geraldo (org.). *Paixão Pagu: A autobiografia precoce de Patrícia Galvão*. Rio de Janeiro: Agir, 2005, p. 99.

⁴³ RODRIGUES, Edgar. *Alvorada operária: os congressos operários no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Mundo Livre, 1979, p. 214.

Já a operária Odete Nunes contou que trabalhou em algumas fábricas, como a Cometa em Petrópolis e a Confiança Industrial na Vila Isabel. Assim como Luiza, Odete também iniciou no trabalho fabril aos 7 anos e ao começar seu depoimento remeteu-se ao ano de 1922. Sobre as violências cometidas pelos chefes relatou: “na Cometa, Aníbal Rossi, chefe-geral, era um terrível carrasco. Abusava das moças, tendo deflorado várias e, depois, para se livrar, dizia que haviam sido defloradas por outros. Alguns casos foram parar no Distrito Policial”⁴⁴.

No capítulo *Trabalhadoras de agulhas*, somos apresentados ao cotidiano das trabalhadoras costureiras dos ateliês. A cena, depois que as personagens Otávia e Corina retornam do almoço e a Madame, proprietária da loja, retorna do encontro com seu “gigolô”, se desenrola a partir da presença de uma cliente rica que demanda que sua encomenda seja entregue no dia seguinte:

Uma menina pálida atende ao chamado e custa a dizer que é impossível terminar até o dia seguinte à encomenda.

- Que é isso? exclama a costureira empurrando-a com o corpo para o interior da oficina.

- Você pensa que vou desgostar mademoiselle por causa de umas preguiçosas! Hoje haverá serão até uma hora.

- Eu não posso madame, ficar de noite! Mamãe está doente. Eu preciso dar remédio pra ela!

- Você fica! Sua mãe não morre por esperar umas horas

- Mas eu preciso!

- Absolutamente. Se você for é de uma vez.

A proletária volta para seu lugar entre as companheiras. Estremece à ideia de perder o emprego que lhe custara tanto arranjar⁴⁵.

Em 1906, no jornal operário *A Terra Livre* foi publicado um texto do qual a redação do jornal contou em nota que teria sido “achado”, o que pode significar ter sido enviado à redação por algum operário ou operária. A nota

⁴⁴ RODRIGUES, Edgar. *Alvorada operária: os congressos operários no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Mundo Livre, 1979, p. 215.

⁴⁵ GALVÃO, Patrícia. *Parque Industrial*. São Paulo: Linha a Linha, 2018, p. 23.

diz ainda que depois de juntar considerações à escrita, o jornal teria decidido publicar, mas pedia que seu autor – ou no caso, poderia também ser uma autora – se identificasse. O texto trazia uma descrição de como seria a realidade das costureiras de São Paulo durante os primeiros anos do século XX e alguns trechos nos indicam um diálogo com uma passagem de *Trabalhadoras de agulhas*:

Estas operárias trabalham em número médio de 12 horas por dia, isto é, um dia e meio, comparando-o com o almejado dia de 8 horas, sem levar em linha de conta os três ou quatro dias da semana que, em muitas oficinas, o trabalho é prolongado até a meia noite, correspondendo assim o dia a 16 horas de trabalho! É isto horrível? É ou não é um regime bárbaro? [...] Mas o dia de 16 horas não era suficiente aos proprietários de oficinas satisfazerem sua sede lucrativa, pois que em muitos ateliers as fracas operárias da agulha são até privadas do repouso dominical, trabalhando nesse dia que para todos é um descanso almejado, como em todos os outros da semana. [...]⁴⁶.

Outro texto parecido foi publicado pelo jornal operário *O Parafuso* no dia 13 de maio de 1919:

Em um atelier de costura de São Paulo, "que auffer lucros fabulosos pois confecciona para as famílias mais opulentas dessa capital (sua dona) tem a falta de caridade de fazer as pobres costureiras trabalharem em seu atelier das sete e um quarto da manhã até o meio dia, hora em que saem para almoçar. Entram à uma da tarde e ficam a trabalhar até às sete e sete e meia da noite, sem sequer o direito de levar à boca o mais frugal dos alimentos. Quase diariamente são obrigadas a fazer serão, que dura até às 11 horas e um quarto da noite, hora em que as pobres saem ainda para jantar, pois nos dias de serão as pobres tem vinte minutos para tomar um lanche. [...] As moças são pessimamente remuneradas, com salários exíguos que mal lhes dão para comprar lanches para o serão e pagar o bonde"⁴⁷.

Em ambos os textos as costureiras de ateliês são vistas como um dos grupos mais explorados entre os operários do período. No romance podemos

⁴⁶ N. da R. As costureiras de S. Paulo. *A Terra Livre*, São Paulo, 17 de fevereiro de 1906, p. 04.

⁴⁷ *apud*. PENA, Maria Valéria Junho. Lutas ilusórias. As mulheres na política operária da Primeira República. V *Encontro Anual da ANPOCS*, Friburgo, outubro de 1981. p. 05. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-05-encontro/gt-6/gt12-5/5597-mariapena-lutas/file>. Acesso em: 09/04/2022.

perceber que Patrícia Galvão também enxergava esse grupo como um dos mais precarizados dentre os trabalhadores quando Rosinha Lituana conta para sua amiga Otávia que conseguiu arrumar um emprego para ela na fábrica Ítalo Brasileira, após a notícia a personagem afirma entusiasmada: “você pode deixar a oficina. E ganhar mais cinco mil réis por mês!”⁴⁸.

Ainda que as situações aqui mencionadas sejam ocorrências em que homens e mulheres estavam sujeitados pela sua condição de trabalhadores no início do século XX, Patrícia Galvão em seu romance demonstra que dentro dessas sujeições, as mulheres sofriam com certas especificidades que faziam com que elas acumulassem diferentes tipos de opressões. Ao lado dos homens, as mulheres trabalhadoras sofriam com a exploração de seu trabalho pelo desenvolvimento do sistema capitalista no país. Entretanto, a violência de mestres e contramestres a que estavam expostas eram diferentes daquelas que os homens sofriam, assim como seus salários eram menores, e sua força de trabalho era ainda mais explorada e precarizada que a de seus companheiros, já que seu trabalho era visto como o mais desqualificado do mercado. Além disso, dessas mulheres era cobrado o exercício de seu papel na reprodução social⁴⁹, como a criação dos filhos, o cuidado da casa, a dedicação a seu marido etc.

Segundo Barbara Weinstein, ao lado das prostitutas, a operária industrial era uma das figuras femininas mais estigmatizadas do período. Os patrões se beneficiavam de sua mão de obra, vista como de menor valor, o que permitia que seus salários fossem sempre muito baixos. Paralelamente, os homens (políticos, educadores, jornalistas e líderes sindicais reformistas) protestavam contra o trabalho feminino por defender que seus filhos e lares eram

⁴⁸ GALVÃO, Patrícia. *Parque Industrial*. São Paulo: Linha a Linha, 2018, p. 47.

⁴⁹ Para saber mais sobre o conceito de reprodução social, conferir: ARUZZA, Cinzia. BHATTACHARYA, Tithi. FRASER, Nancy. (2019). *Feminismo para os 99%. Um Manifesto*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo Editorial, p. 106.

abandonados e que a força de trabalho não qualificada dessas mulheres prejudicava a organização social. Para a autora, a partir da década de 1930:

[...] ocorreu uma crescente pressão sobre as mulheres da classe operária para que se reconhecessem acima de tudo como futuras donas de casa e mães. Na esfera doméstica, sua maior possibilidade de êxito e de realização pessoal dependiam da capacidade de seguirem as orientações da respeitabilidade burguesa. Fosse trabalhadoras não-qualificadas ou donas de casa, as identidades de gênero das mulheres conferiam ao seu Status "operário" um significado muito diferente daquele alcançado pelos homens. Uma classe social pode abarcar tanto homens quanto mulheres, mas provavelmente não da mesma maneira⁵⁰.

A força feminina de trabalho que havia sido fundamental para o desenvolvimento da indústria no país e o papel da mulher na sociedade brasileira do início do século XX eram objetos de disputa. No início da década de 1930, o país passava por grandes mudanças, e o Estado buscou controlar a classe trabalhadora e conformar o papel do homem e da mulher na sociedade, e determinar quais deveriam ser os seus direitos e deveres no projeto de desenvolvimento nacional⁵¹. *Parque Industrial* aborda direta e criticamente as opressões que as mulheres trabalhadoras da época viviam, demonstrando que, diferentemente do papel que o Estado buscava lhes atribuir, muitas delas não tinham escolha quanto a ser ou não uma operária, ser ou não uma dona de casa, já que a sua condição social as obrigava a ter uma renda para o sustento de sua família.

Sobre a análise de uma obra literária por meio da história social da literatura, Adriano Duarte e Denilson Botelho defendem que devemos tomar:

⁵⁰ WEINSTEIN, Barbara. As mulheres trabalhadoras em São Paulo: de operárias não-qualificadas a esposas profissionais. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 4, pp. 143–171, 2008, pp. 170-171. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1766>. Acesso em: 21/03/2022.

⁵¹ WEINSTEIN, Barbara. As mulheres trabalhadoras em São Paulo: de operárias não-qualificadas a esposas profissionais. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 4, pp. 143–171, 2008, pp. 170-171. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1766>. Acesso em: 21/03/2022.

[...] a arte como produto e produtora de seu tempo, como resultado do diálogo e da interação do artista com seu tempo e contexto e do movimento da sua arte específica. Portanto, nem reflexo nem retrato; mas diálogo, reflexão e processo⁵².

Isto é, utilizando-se da escrita como forma de intervenção social e política, Patrícia Galvão foi capaz de produzir críticas, assim como estabelecer diálogos com diversos grupos da sociedade de seu tempo. Por meio de sua produção literária, a escritora denunciava os problemas enfrentados pelas mulheres trabalhadoras no início do século XX. Ao realizar críticas a grupos da sociedade do período, tanto em seu romance, quanto em seus trabalhos jornalísticos, como a exemplo de sua coluna *A Mulher do Povo* no jornal *O Homem do Povo*, a escritora também estabeleceu diálogos com os grupos feministas incipientes do período. Assim argumenta Fraccaro:

A amarga realidade da ficção de *Parque Industrial* não deixava de cutucar esse movimento político e a burguesia letrada de São Paulo dos anos 1930, o que pode nos levar a pensar que o romance não pretendia mesmo ser apenas um 'texto social' a denunciar opressões e abusos segundo o bê-a-bá da cartilha comunista. Fazia também um diálogo com outros grupos sociais de seu tempo, revelando-lhes suas contradições⁵³.

A literatura engajada de Patrícia Galvão tanto dialoga com sua realidade quanto sugere e provoca mudanças e transformações na atuação política de diversos grupos que tratavam sobre a condição feminina do período. Em *Parque Industrial*, no capítulo *Paredes isolantes*, podemos perceber uma crítica direta a certa fração do movimento feminista que emergia naquele período. O personagem Alfredo, que bebia solitário no bar do Hotel Esplanada, “acorda com o alvoroço de mulheres entrando. São as

⁵² DUARTE, Adriano e BOTELHO, Denilson. Por uma história social da literatura. In: FONTINELES, Claudia e outros (Orgs.). *Ateliê da História*. Teresina: EDUFPI; São Paulo: Mentis Abertas, 2019, pp. 73-100, p. 79.

⁵³ FRACCARO, Glauca. *Os direitos das mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937)*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018, p. 79.

emancipadas e as feministas que a burguesia de São Paulo produz”⁵⁴. Nessa cena Patrícia Galvão produz um interessante diálogo entre as feministas das classes altas:

As ostras escorregam pelas gargantas bem tratadas das líderes que querem emancipar a mulher com pinga esquisita e moralidade. Uma matrona de gravata e grandes miçangas aparece espalhando papéis.

- Leiam. O recenseamento está pronto. Temos um grande número de mulheres que trabalham. Os pais já deixam as filhas serem professoras. E trabalhar nas secretarias... Oh! Mas o Brasil é detestável no calor. Ah! Mon Palais de Glace!

- Se a senhora tivesse vindo antes, podíamos visitar a cientista sueca...

- Ah! Minha criada me atrasou. Com desculpas de gravidez. Tonturas. Esfriou demais o meu banho. Também já está na rua!

[...]

- O voto para as mulheres está conseguido! É um triunfo!

- E as operárias?

- Essas são analfabetas. Excluídas por natureza⁵⁵

Nesse trecho, Patrícia Galvão elabora uma crítica à atuação de grupos feministas decorrentes das classes altas, como a Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino – FBPF, liderada por Bertha Lutz. Um movimento organizado quase que exclusivamente por mulheres da alta classe brasileira que tinha como objetivo principal a luta pelo sufrágio feminino⁵⁶. Essa não foi a primeira vez que a Pagu abriu debate com o movimento das feministas ligadas à FBPF. Na primeira edição de sua coluna no jornal *O Homem do Povo*, no ano de 1931, a escritora publicou um texto intitulado “Maltus Alem”⁵⁷:

Excluída a grande maioria de pequenas burguesas cuja instrução é feita nos livrinhos de beleza, nas palavras estudadas dos meninos de baratinha, nos gestos das artistas de cinema mais em voga ou no ambiente semi familiar dos cocktails modernos – temos a atrapalhar o movimento revolucionário do Brasil uma elitezinha de “João Pessoa”

⁵⁴ GALVÃO, Patrícia. *Parque Industrial*. São Paulo: Linha a Linha, 2018, p. 66.

⁵⁵ GALVÃO, Patrícia. *Parque Industrial*. São Paulo: Linha a Linha, 2018, pp. 66-67.

⁵⁶ Conferir verbete temático sobre a Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino – FBPF em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematicos/federacao-brasileira-pelo-progresso-feminino>. Acesso em: 18/03/2022.

⁵⁷ O título faz um trocadilho entre os nomes de Matusalém, personagem bíblico, e o economista Thomas Robert Malthus (1766-1834) responsável pela Teoria Malthusiana, que comparava o crescimento da população e a produção de alimentos para argumentar que era preciso controlar as taxas de natalidade para combater a miséria no mundo.

que, sustentada pelo nome de vanguardistas e feministas, berra a favor da liberdade sexual, da maternidade consciente, do direito do voto para “mulheres cultas”, achando que a orientação do velho Maltus resolve todos os problemas do mundo. Estas feministas de elite, que negam o voto aos operários e trabalhadores sem instrução, porque não lhes sobra tempo do trabalho forçado a que se têm que entregar para a manutenção dos seus filhos, se esquecem de que a limitação de natalidade quase que já existe mesmo nas classes mais pobres e que os problemas todos da vida econômica e social ainda estão para serem resolvidos. Seria muito engraçado que a ilustre poetisa D. Maria Lacerda de Moura fosse ensinar a lei de Maltus ao Sr. Briand, para que ele evitasse a guerra mundial atirando à boca ávida dos imperialistas gananciosos, um punhado de livros sobre maternidade consciente. Marx já passou um sabão no celibatário Maltus, que desviava o sentido da revolução para um detalhe que a Rússia, por exemplo, já resolveu. O materialismo solucionando problemas maiores faz com que esse problema desapareça por si. O batalhão “João Pessoa” do feminismo ideológico tem em D. Maria Lacerda de Moura um simples sargento reformista que precisa estender a sua visão para horizontes mais vastos a fim de melhor atuar no próximo Congresso de Sexo⁵⁸.

Explicitando uma posição marxista em torno do debate, Pagu criticou o que chamou de “feminismo de elite”, defendendo que a desvinculação das questões sociais das reivindicações das mulheres, como o voto feminino que excluía uma grande parcela de mulheres não alfabetizadas, por exemplo, em nada resolveria os problemas econômicos e sociais da grande parcela dos trabalhadores. Tratando sobre o desenvolvimento e as disputas no movimento feminista no início do século XX, Fraccaro aponta a crítica efetuada por Patrícia Galvão às feministas da FBPF e defende que os conflitos e as disputas entre os projetos de emancipação feminina no campo feminista do período foram responsáveis por mudanças e transformações em suas atuações⁵⁹. Ou seja, o romance *Parque Industrial* é tão produto como produtor de seu tempo e espaço, ele tanto estabelece diálogo com seu período como propõe mudanças sociais e políticas.

⁵⁸ GALVÃO, Patrícia. *A Mulher do Povo*. Maltus Alem. *O Homem do Povo*, 27 de março de 1932, p. 02.

⁵⁹ FRACCARO, Gláucia. *Os direitos das mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937)*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018, p. 81.

O romance teve uma fraca recepção no momento de seu lançamento. Os críticos literários Geraldo Ferraz⁶⁰, Ary Pavão⁶¹, João Ribeiro⁶² e Eloy Pontes⁶³ parecem ter sido os únicos que voltaram suas atenções à obra de Patrícia Galvão e às questões suscitadas pela autora nas páginas da imprensa do período. É importante destacar que somente a crítica de Geraldo Ferraz ressaltou a dimensão de gênero atrelada ao viés de classe presente no tom contestatório do romance, todos os outros críticos não deram atenção ao fato de o romance falar sobre a realidade das mulheres trabalhadoras do período.

No entanto, devido a sua autointitulação de romance proletário, *Parque Industrial* também fez parte de um debate na época de seu lançamento – mesmo que de forma muito breve – sobre o que caracterizava o gênero “romance literário” e quem estaria, naquele período, produzindo-o. Dentro dessa discussão, cabe ressaltarmos um trecho de uma crítica do poeta modernista Murilo Mendes publicada na revista *Boletim de Ariel*⁶⁴. A crítica, que tinha como interesse tratar do lançamento de *Cacau*, romance de Jorge Amado lançado também em 1933, trouxe o *Parque Industrial* como um contraponto ao que o crítico defendia ser ou não um romance proletário:

O caso recente de Pagu é típico. “Romance Proletário”, anuncia a autora no frontispício do *Parque Industrial*. Houve engano. É uma reportagem impressionista, pequeno-burguesa, feita por uma pessoa que está com vontade de dar o salto, mas não deu. Assiste-se a entrada de fábrica, a saída de fábrica, a encontros do filho do grande capitalista com a filha do operário, etc. Parece que para a autora o fim da revolução é resolver a questão sexual. Sobre o Parque Industrial propriamente pouca coisa se fica sabendo⁶⁵. [grifo nosso]

⁶⁰ FERRAZ, Geraldo. O livro da Semana. No subsolo do Parque Industrial. *Correio de S. Paulo*, São Paulo, 07 de janeiro de 1933, p. 02.

⁶¹ PAVÃO, Ary. Panorama. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1933, p. 04; A.D. Pagu e o seu “Parque Industrial”. *O Malho*, 15 de abril de 1933, p. 06.

⁶² RIBEIRO, João. Registro Literário. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1933, p. 08.

⁶³ PONTES, Eloy. No mundo das letras. *O Globo*, Rio de Janeiro, 01 de maio de 1933, p. 05.

⁶⁴ MENDES, Murilo. Nota sobre Cacau. *Boletim de Ariel*, Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1933, p. 317.

⁶⁵ MENDES, Murilo. Nota sobre Cacau. *Boletim de Ariel*, Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1933, p. 317.

O parecer de Mendes foi o de que *Cacau*, por ter mais consistência, ser bem escrito e possuir personagens mais realistas, se aproximaria mais do tipo de romance proletário do que a “reportagem impressionista, pequeno-burguesa” e preocupada com “a questão sexual” de Pagu. Segundo Chareyre, nesse período, Mendes era um autor ligado à editora Ariel, que nada mais era do que a proprietária da revista *Boletim de Ariel* e que era também a editora que havia publicado o romance *Cacau*⁶⁶. Portanto, sua análise é no mínimo uma apreciação comprometida por interesses comerciais. Todavia, o que nos chama a atenção em seu comentário é que mesmo ressaltando a questão em um tom pejorativo, indicando que em sua opinião tratava-se de um assunto menor, Mendes destacou a “questão sexual”⁶⁷ presente no livro de Patrícia Galvão e ao que parece, para o crítico, a temática se sobressaía a qualquer outra tratada no romance. Ao dizer “parece que para a autora o fim da revolução é resolver a questão sexual”, Mendes aparenta ter entendido – mesmo achando isso um absurdo –, que o projeto político de emancipação da classe trabalhadora de Patrícia Galvão não está desassociado da “questão sexual”, ou seja, da compreensão e ação sobre as necessidades e demandas específicas das mulheres trabalhadoras

⁶⁶ CHAREYRE, Antoine. Uma excelente estreia: a chegada do romance proletário ao Brasil. In: GALVÃO, Patrícia. *Parque Industrial*. São Paulo: Linha a Linha, 2018, p. 152.

⁶⁷ O debate acerca dos conceitos sexo/gênero se modificou ao longo do tempo. A partir dos anos 1970, o conceito de gênero foi utilizado sobretudo pela teoria feminista para diferenciar as dimensões biológicas das dimensões sociais, fundamentando-se na compreensão de que a maneira de ser homem e de ser mulher na espécie humana é realizada pela cultura e não pela biologia. Isto é, o conceito de gênero defendido por algumas teóricas feministas – e assentido por este trabalho – significa que homens e mulheres são produtos da realidade social e não em decorrência do sexo biológico. Dessa forma, diversos estudos, ao tratar das diferenças sociais entre homens e mulheres, não mais utilizam-se do conceito de sexo e sim de gênero. Entretanto, para este artigo, quando nos referimos à “questão sexual”, o fazemos respeitando a compreensão que o termo tinha para seu próprio tempo histórico. Para mais detalhes sobre a importância da categoria de gênero para a análise histórica, conferir: SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*. Porto Alegre, 20(2): pp. 71-99, jul/dez de 1995. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/71721/40667>. Acesso em: 19/03/2022.

que são fundamentais não só na reprodução da força de trabalho, como no próprio processo produtivo.

Patrícia Galvão era uma militante comunista no momento de produção e publicação de *Parque Industrial*, e ao passar por um profundo processo de proletarização, em que teve de abandonar a escrita e trabalhar em ofícios junto à classe operária, sua percepção sobre os problemas sociais, econômicos e de gênero que permeavam a sociedade brasileira e sobretudo paulistana se intensificaram. Ao utilizar-se da literatura como ferramenta de denúncia e de transformação de sua realidade, a escritora fez uma escolha, a de denunciar as opressões que a classe trabalhadora enfrentava por meio da centralidade das experiências das mulheres. Investigando o conteúdo contestatório de *Parque Industrial*, nos deparamos com um material carregado de críticas diretas à sociedade burguesa do período. Acreditamos que a escolha de Patrícia Galvão ao retratar o cotidiano das mulheres operárias nessa sociedade pode expressar um projeto político de emancipação da classe trabalhadora que começa e termina pelas experiências das mulheres.

No fim do romance, a personagem Corina já tinha vivenciado diversas experiências que as mulheres da classe trabalhadora enfrentavam no início do século XX, como: exploração de sua mão de obra em um dos grupos mais oprimidos da classe trabalhadora do período, as costureiras de ateliê; violência sexual cometida por seu ex-namorado, proveniente da burguesia e que se aproveitou de sua condição social para enganá-la e violentá-la; abandono de sua família e demissão de seu trabalho por ter engravidado de um rapaz sem estar casada com ele (a moral e os costumes da sociedade do período fazem com que a personagem não seja bem vista por isso); exploração de seu corpo e de seu sexo por meio do trabalho sexual realizado por necessidade financeira e falta de opções de trabalho para uma mulher negra e abandonada pela sua família, ex-namorado e pela própria sociedade; violência obstétrica no momento de parir seu filho, pois é tratada

de forma diferente no hospital por ser uma mulher pobre e negra; e por fim, a violência institucional, visto que após a cena do hospital a personagem é presa por matar o próprio filho.

Convém ressaltarmos que o último fato, de sua prisão pela morte do bebê, não é aprofundado no romance. Pela forma disposta em cenas fragmentadas que a obra é produzida, não sabemos o porquê de Corina ter assassinado o próprio filho, sabemos apenas que a personagem quando presa assume o motivo de estar ali: “Matei o meu filho...”⁶⁸. O não dito do romance faz com que os leitores passem a formular suas próprias interpretações do ocorrido: teria Corina assassinado seu filho por piedade quanto a sua condição de saúde? Por medo do que poderia acontecer com ela? Por raiva do que ele representava? Por incapacidade de lidar com os cuidados que a criança necessitava? Não sabemos o verdadeiro motivo do assassinato do bebê de Corina, entretanto, a falta de informação disposta no romance nos convoca a refletir sobre como a condição social, sexual e racial da personagem pode tê-la conduzido à circunstância de matar seu filho.

Os dias de Corina terminam com ela passando fome e dependendo da ajuda de estranhos para se alimentar. Diante da trama em que se envolveu, nas últimas cenas da personagem, Patrícia Galvão atribui um sentimento ao estado de Corina, é nesse momento que se revela um trecho que vai de encontro à crítica de Mendes: “Para ela só há uma crise. A crise dos sexos que invade todo o bairro operário”. Portanto, a afirmação de Murilo Mendes pode ter sido surpreendentemente sagaz ao argumentar que Patrícia Galvão tinha um projeto político que implicava em resolver a opressão que viviam as mulheres trabalhadoras, já que a revolução não seria alcançada se não fosse enfrentada a “questão sexual”.

Considerações finais

⁶⁸ GALVÃO, Patrícia. *Parque Industrial*. São Paulo: Linha a Linha, 2018, p. 58.

Cabe ainda um último aspecto a ser considerado sobre as intenções de Patrícia Galvão ao escrever e publicar *Parque Industrial*. Uma delas já foi explicitada ao longo deste artigo, que é a denúncia sobre as especificidades acerca das opressões presentes no mundo do trabalho do início do século XX, em relação às experiências das mulheres trabalhadoras. Essa intenção é confirmada por Pagu, que afirma em sua autobiografia⁶⁹ que o romance é uma obra assumidamente militante, uma novela de propaganda que tem como objetivo apresentar os aparelhos e conflitos da luta de classes:

Pensei em escrever um livro revolucionário. Assim, nasceu a ideia de Parque Industrial. Ninguém havia ainda feito literatura neste gênero. Faria uma novela de propaganda que publicaria com pseudônimo, esperando que as coisas melhorassem. Não tinha nenhuma confiança nos meus dotes literários, mas como minha intenção não era nenhuma glória nesse sentido, comecei a trabalhar⁷⁰.

Isto é, ser uma mulher, ter crescido e vivido as experiências de um bairro majoritariamente operário, transitado entre grupos da burguesia e convivido com intelectuais de sua época, são elementos que permitiram que Patrícia Galvão pudesse compreender as estruturas que regem o sistema capitalista e que estabelecem em quais condições vivem a classe operária e a burguesia, assim como quais lugares devem ocupar o homem e a mulher dentro dessa sociedade de classes.

⁶⁹ Em 1940, Pagu produziu uma longa carta autobiográfica para o seu então marido Geraldo Ferraz. Nela a escritora narra detalhes de sua vida desde sua adolescência até a sua viagem para a URSS em 1934. Em 2005, essa longa carta foi publicada em formato de livro por iniciativa de seu segundo filho, Geraldo Galvão Ferraz, que conta que recebeu o texto de seu pai, Geraldo Ferraz, na década de 1970. O livro foi denominado como *Paixão Pagu: A autobiografia precoce de Patrícia Galvão*, e além da carta autobiográfica também traz textos de Kenneth David Jackson, pesquisador da obra de Pagu, e dos filhos de Patrícia Galvão, Geraldo Galvão Ferraz e Rudá de Andrade. Fotos pessoais e a reprodução de partes da carta original também compõem a publicação. Conferir em: FERRAZ, Geraldo (org.). *Paixão Pagu: A autobiografia precoce de Patrícia Galvão*. Rio de Janeiro: Agir, 2005.

⁷⁰ FERRAZ, Geraldo (org.). *Paixão Pagu: A autobiografia precoce de Patrícia Galvão*. Rio de Janeiro: Agir, 2005, p. 112.

Todavia, além de denunciar essa realidade para a sociedade, o romance pode ter sido escrito com outro propósito. Nos referimos ao seu papel como militante comunista do PCB e a sua conturbada relação com o partido no momento em que a escritora se filiou à organização. Enquanto uma militante de origem intelectual, Patrícia Galvão enfrentou o período de afastamento e expulsão dos intelectuais dos quadros do partido. Nesse momento teve que encarar muitos desafios dentro do PCB para provar ser uma militante extremamente comprometida com a revolução comunista. Além disso, a própria escritora relata em sua autobiografia que sua posição enquanto intelectual não era o único aspecto questionado sobre seu comprometimento com a militância comunista, mas também sua condição enquanto mulher, chegando a ser frequentemente deslegitimada e desrespeitada por isso⁷¹. A relação que se estabeleceu entre a dedicação de Pagu à militância política no PCB e as diretrizes e normas a que ela teve de se adequar na sua prática revolucionária foi bastante complexa. Em seus relatos, Pagu expressa um grande descontentamento com o tratamento que recebeu de diversos camaradas de sua organização, além de dar exemplos de momentos em que buscou provar merecer a confiança de seus companheiros, mas foi reduzida por seu gênero ou origem intelectual. Além de exigir a proletarização, o partido também determinou que a escritora terminasse a relação que tinha com seu marido Oswald de Andrade e se afastasse de seu filho, algo que acatou de imediato para demonstrar seu compromisso com o projeto revolucionário, mesmo que tivesse sofrido por deixar seu primeiro filho, Rudá⁷².

⁷¹ Em seus relatos, Pagu demonstra sua compreensão sobre como as mulheres eram tratadas de forma diferente dos homens dentro do PCB. Ora ignorava-se a condição feminina, ora utilizavam-se dela para manipular os homens em favor da organização. Conferir: FERRAZ, Geraldo (org.). *Paixão Pagu: A autobiografia precoce de Patrícia Galvão*. Rio de Janeiro: Agir, 2005, pp. 103-108.

⁷² FERRAZ, Geraldo (org.). *Paixão Pagu: A autobiografia precoce de Patrícia Galvão*. Rio de Janeiro: Agir, 2005. p. 94.

Entendemos que, em se tratando do Partido Comunista, as intenções de Patrícia Galvão com a publicação de seu romance podem ser ambíguas, pois ao mesmo tempo que *Parque Industrial* resulta numa propaganda do PCB, do comunismo e da teoria marxista, também produz uma propaganda das mulheres trabalhadoras para o PCB. Dado que ao escolher retratar as mulheres operárias da cidade de São Paulo da década de 1930 como personagens centrais em seu romance – e explicitar as particularidades que sua condição de gênero impõe a sua experiência de classe –, é possível que Pagu tivesse como objetivo chamar a atenção do partido para sua necessidade refletir sobre o papel da mulher não só na organização, mas na construção do processo revolucionário como um todo. É provável que a obra tivesse como objetivo a denúncia sobre a condição feminina no mundo do trabalho tanto para a sociedade, quanto para o próprio PCB.

BIBLIOGRAFIA

- ARUZZA, Cinzia. BHATTACHARYA, Tithi. FRASER, Nancy. (2019). *Feminismo para os 99%. Um Manifesto*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo Editorial.
- BRANDELLI, Danilo Martins; DURAN GIL, Aldo. A FASE OBREIRISTA DO PCB (1929-1934): uma análise da expulsão dos intelectuais do partido. *Pensata: Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP*, [S. l.], v. 7, n. 1, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/pensata/article/view/10100>. Acesso em: 16/03/2022.
- CAMPOS, Augusto de. *Pagu: vida-obra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- CHAREYRE, Antoine. Uma excelente estreia: a chegada do romance proletário ao Brasil. In: GALVÃO, Patrícia. *Parque Industrial*. São Paulo: Linha a Linha, 2018.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução: Heci Regina Candiani (1 Ed.). São Paulo: Boitempo, 2016.
- DUARTE, Adriano e BOTELHO, Denilson. Por uma história social da literatura. In: FONTINELES, Claudia e outros (Orgs.). *Ateliê da História*. Teresina: EDUFPI; São Paulo: Mentis Abertas, 2019, pp. 73-100.
- FERRAZ, Geraldo (org.). *Paixão Pagu: A autobiografia precoce de Patrícia Galvão*. Rio de Janeiro: Agir, 2005.
- FRACCARO, Glaucia. *Os direitos das mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937)*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.
- FREIRE, Tereza. *Dos escombros de Pagu*. São Paulo: Senac, 2008.

- GALVÃO, Patrícia. *Parque Industrial*. São Paulo: Linha a Linha, 2018.
- KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena (Org.); LABORIE, Françoise (Org.); LE DOARÉ, Hélène (Org.); SENOTIER, Danièle (Org.) *Dicionário crítico do feminismo*. Ed. Presses Universitaires de France. Paris, novembro de 2000. Traduzido por Miriam Nobre em agosto de 2003, p. 01. Disponível em: https://polignu.org/sites/poligen.polignu.org/files/adivisaosexualdotrabalho_0.pdf. Acesso em: 17/03/2022.
- NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- PEDRO, Joana Maria. Michelle Perrot: uma grande mestra da História das Mulheres. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 11, n. 2, pág. 509-512, dezembro de 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2003000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 09/04/2022.
- PENA, Maria Valéria Junho. Lutas ilusórias. As mulheres na política operária da Primeira República. V *Encontro Anual da ANPOCS*, Friburgo, outubro de 1981. p. 05. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-05-encontro/gt-6/gt12-5/5597-mariapena-lutas/file>. Acesso em: 09/04/2022.
- PENA, Maria Valéria Junho. *Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.
- RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- RODRIGUES, Edgar. *Alvorada operária: os congressos operários no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Mundo Livre, 1979.
- SARAIVA, Samara Akemi. "Impróprio para menores e senhoritas": *Parque Industrial – a história e a recepção de um romance sobre mulheres proletárias*. 2022. (Trabalho de Conclusão de Curso – Licenciatura em História). Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos.
- SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*. Porto Alegre, 20(2): pp. 71-99, jul/dez de 1995. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/71721/40667>. Acesso em: 17/03/2022.
- WEINSTEIN, Barbara. As mulheres trabalhadoras em São Paulo: de operárias não-qualificadas a esposas profissionais. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 4, pp. 143-171, 2008, pp. 170-171. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1766>. Acesso em: 21/03/2022.

Jornais:

- O Homem do Povo*, São Paulo, 27 de março de 1931. Disponível na Hemeroteca Digital Brasileira
- O Combate*, São Paulo, 27 de outubro de 1917. Disponível na Hemeroteca Digital Brasileira
- A Plebe*, São Paulo, 18 de agosto de 1917. Disponível na Biblioteca Digital UNESP
- A Terra Livre*, São Paulo, 17 de fevereiro de 1906. Disponível no Arquivo Edgard Leuenroth

Correio de S. Paulo, São Paulo, 07 de janeiro de 1933. Disponível na Hemeroteca Digital Brasileira

Diário Carioca, Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1933. Disponível na Hemeroteca Digital Brasileira

O Malho, 15 de abril de 1933. Disponível na Hemeroteca Digital Brasileira

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1933. Disponível na Hemeroteca Digital Brasileira

O Globo, Rio de Janeiro, 01 de maio de 1933. Disponível no Acervo Online O Globo

Boletim de Ariel, Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1933. Disponível na Hemeroteca Digital Brasileira.